

ANO SACERDOTAL

O Santo Padre abriu o Ano Sacerdotal presidindo a celebração das Vésperas, em 19 de junho de 2009, solenidade do Coração de Jesus e Dia da santificação sacerdotal, na presença da relíquia do Cura d'Ars trazida pelo Bispo de Belley-Ars. Bento XVI encerrará o Ano a 19 de junho de 2010, participando de um "Encontro Mundial Sacerdotal" na Praça S. Pedro.

Espera-se do Ano Sacerdotal a renovação espiritual dos sacerdotes. De propósito usa-se neste editorial o termo "sacerdote" e não presbítero porque ele se refere tanto ao ministério dos presbíteros quanto ao dos bispos e está em relação com o sacerdócio de Cristo, fundamento do sacerdócio de todo o povo cristão, a cujo serviço está o sacerdócio ministerial.

Não terá sido essa também a razão de o papa ter falado de Ano Sacerdotal e não presbiteral, apesar de o ano visar preferentemente aos presbíteros? A saudação do Papa na homilia de abertura o insinua ao dirigir-se aos presbíteros como "irmãos no sacerdócio". No decorrer do pronunciamento utiliza várias vezes a segunda pessoa do plural. Baste um exemplo: "Se é verdade que o convite de Jesus a 'permanecer em seu amor' (cf. Jo 15,9) se dirige a todo batizado, na festa do Sagrado Coração de Jesus, Dia da Santificação Sacerdotal, este convite ressoa com maior força para nós, sacerdotes (o grifo é nosso), em particular nesta tarde, solene início do Ano Sacerdotal, que convoquei por ocasião do 150º aniversário da morte do Santo Cura de Ars".

Na mesma homilia, o papa situa o ministério dos presbíteros em relação com o sacerdócio dos fiéis. "O exemplo do cura de Ars induz-me a evidenciar os espaços de colaboração que é imperioso estender cada vez mais aos fiéis leigos, com os quais os presbíteros formam um único povo sacerdotal e no meio dos quais, em virtude do sacerdócio ministerial, se encontram para os levar todos à unidade, 'amando-se uns aos outros com caridade

fraterna, e tendo os outros por mais dignos' (Rm 12,10)". Em outras passagens o papa recorda que o ministério dos presbíteros se deve entender na unidade do presbitério em torno ao bispo.

Tudo isso suscita uma pergunta: Poderá dar-se uma renovação do clero na santidade sem uma vivência renovada da missão do sacerdote na perspectiva aberta pelo Concílio Vaticano II? A redação de *Perspectiva Teológica* pensa que o Ano Sacerdotal pode ser ocasião de uma reflexão sobre os desafios que a realidade atual da Igreja e do mundo apresenta ao exercício do ministério sacerdotal em continuidade com a visão renovada apresentada pelo Concílio Vaticano II.

Aqui vale recordar a lição da história. Não há dúvida de que o Concílio de Trento promoveu a reforma dos costumes do clero respondendo assim a numerosos anseios e postulados de reforma provindos de numerosos setores da cristandade. Não conseguiu, no entanto, impedir a divisão da Igreja. Faltou coragem ou lucidez para atingir a reforma dos aspetos estruturais no exercício do ministério que a soberania do Evangelho, propugnada por Lutero, impetrava com urgência?

O Concílio Vaticano II quis dar uma resposta, embora tardia. O sacerdócio ministerial é visto como serviço à comunhão do povo de Deus. Exercido de forma colegial para favorecer a sinodalidade, o caminhar juntos, de todos os membros do povo de Deus. O papa Bento reconhecia no começo do seu ministério que havia longo e árduo caminho a fazer nessa direção e se comprometia a levar adiante o programa do Concílio.

Há na visão conciliar do ministério um deslocamento de categorias com relação à teologia tridentina. Esta via a instituição do sacramento da ordem na instituição da eucaristia. O Vaticano II fundamenta o ministério ordenado na missão apostólica. Trata-se do tríplice ministério de santificar, ensinar e governar. O Concílio entende assim o ministério dos presbíteros e dos diáconos como participação, em graus diversos, no ministério episcopal. Volta-se a uma hermenêutica mais apropriada dos textos do Novo Testamento, que evitam aplicar o vocabulário sacerdotal, no sentido das religiões, ao ministério apostólico e, em contrapartida, fazem da pregação um serviço sacerdotal (hierurgoûnta) do Evangelho de Deus.

Toda a Igreja é ministerial. O ministério ordenado existe para que transpareça que a missão eclesial procede do Cristo. Foi dito, com uma feliz expressão, que o ministério ordenado é sinal ou sacramento de um não poder. Manifesta a origem de todo poder e de toda missão na Igreja. Nem a comunidade, nem seus ministros são a origem da tríplice função ministerial da Igreja enquanto sacramento da salvação do mundo, mas a recebem do Cristo.

O sacerdócio ministerial não faz dos bispos e seus auxiliares "mais sacerdotes" que os leigos, uma espécie de supercristãos. Ele é um serviço ao

sacerdócio comum de todos os fiéis que unidos ao Cristo “oferecem a Deus os seus corpos como oferenda viva, santa e agradável a Deus” (Rm 12,1). Este sacerdócio existencial, que tem sua expressão sacramental e sua fonte na Eucaristia, é o principal e a razão de ser do sacerdócio ministerial. Situa-se na linha do serviço. Presidindo a ceia Jesus disse aos discípulos que disputavam sobre quem seria o maior dentre eles: “O mais importante entre vós tome o lugar do mais moço, e o que comanda, o lugar de quem serve. Quem é maior, aquele que está à mesa ou aquele que serve?” (Lc 22,26). “Convosco sou cristão – dizia Agostinho – para vós sou bispo”.

O Concílio deixa claro que entre o sacerdócio comum a todos os cristãos e o sacerdócio ministerial há uma diferença de essência e não de grau (essentia et non gradu tantum). Distinção não raramente mal compreendida e utilizada para continuar justificando, com o Concílio, a superioridade do “sacerdócio” dos ministros ordenados sobre o sacerdócio dos fiéis. Para isso o Concílio deveria ter afirmado uma diferença de grau. O sacerdócio comum fundamenta a participação de todo cristão na tríplice missão da Igreja para o mundo: profética, santificadora e construtora da justiça e da caridade no horizonte do Reino.

A visão do Vaticano II situa a renovação do ministério do presbítero em relação com a renovação do exercício do Episcopado e da vida de todo o povo cristão. Não se trata de novidade sem continuidade com a Tradição, mas de renovação na linha mais legítima da Tradição, ressaltada pela mudança da configuração social do mundo.

O exercício do ministério do presbítero só pode ser concebido na unidade do serviço do conjunto dos presbíteros de uma diocese, o presbitério, que permite ao ministério episcopal alcançar a cada comunidade local. Por sua vez, o exercício do ministério do Bispo deve ser realizado em comunhão com o colégio episcopal presidido pelo sucessor de Pedro. É isso que permite ao povo de Deus fazer a experiência de ser governado pelo Senhor ressuscitado na unidade do Espírito para a glória do Pai e caminhar na unidade de uma só fé.

A recepção da concepção do sacerdócio ministerial do Vaticano II exige um programa de renovação do povo cristão, em todos os níveis. Poderá levar muito tempo. O mundo moderno afirma com vigor o respeito e a valorização da diversidade. Só poderá resplandecer a unidade da fé cristã, como sacramento da unidade do gênero humano, quando longe de destruir a pluralidade multiforme das culturas e das situações humanas as valorize ao máximo e as ajude a caminhar para a unidade de um projeto comum.

Para a fé cristã, o Mistério de Deus se manifesta tanto mais como Uno quanto mais é reconhecido como capaz de caminhar na fragilidade da carne humana do Filho e na sobreabundância do dom do seu Espírito,

penetrando toda vida humana e, mediante as vidas humanas, a totalidade da realidade criada.

A “cruz” da renovação ministerial proposta pelo Vaticano II reside na difícil conjugação do respeito à ação do Espírito de Deus em cada consciência com a missão do ministério sacerdotal doado à Igreja em uma única missão apostólica. Num momento privilegiado de docilidade ao Espírito, na aula conciliar, reconheceu-se e proclamou-se que todo ministério na Igreja está a serviço da soberania da Palavra de Deus. O povo de Deus recebeu com júbilo a proclamação. Mas no caminhar do programa conciliar foram aparecendo as dificuldades inerentes a todo caminho de conversão.

A conversão requer tempo e discernimento. Impor a unidade pelo caminho da uniformidade foi fácil no passado, embora hoje talvez não seja mais possível. Procurar a unidade no exercício do ministério é sumamente complexo. Como conjugar a fidelidade criativa do presbitério ao seu bispo sem esquecer a atenção aos anseios legítimos da comunidade local, a colegialidade dos bispos atentos ao serviço da unidade do sucessor de Pedro e a vigilância deste para fomentar a unidade da fé?

Qualquer observador imparcial poderá verificar profunda divisão na Igreja atual. Alarmante não é que haja diferenças na interpretação do programa conciliar a respeito do ministério na Igreja. Assustador é que cada opinião se apresente combativamente querendo se impor às outras e as corrigir em lugar de com os outros se pôr à escuta da Palavra que chama todos à conversão mediante o evento conciliar: manifestação privilegiada do ministério apostólico. Cada grupo cava suas trincheiras, dizia um observador qualificado, e organiza seus seminários ideológicos.

O lugar do presbítero é talvez o ambiente onde o conflito da divisão se faz sentir com mais virulência, por estar situado na confluência das instâncias envolvidas na construção da unidade eclesial.

O 13º Encontro Nacional de Presbíteros reuniu, em Itaici, de 03 a 09 de fevereiro do presente ano, 466 presbíteros vindos das Dioceses do Brasil. Nele se fez a memória dos 25 anos de encontros e uma leitura dos temas transversais que apareceram com o intuito de descobrir os caminhos do Espírito para melhor exercício do ministério. Desde o primeiro encontro em 1985 a pergunta pela identidade do presbítero volta uma e outra vez. Pergunta difícil de responder, apesar das várias pesquisas realizadas entre o clero para conhecer o perfil do presbítero. A diversidade de situações em que é exercido o ministério torna temerária qualquer generalização. Na carta do último encontro se diz:

“Representamos mais de 20 mil irmãos de ministério, espalhados pelo nosso querido Brasil. Irmãos nossos que gastam até duas horas de barco para atender uma das comunidades mais próximas de sua paróquia; ou-

tros que vivem imersos na complexidade dos grandes centros urbanos, nas suas sofridas periferias; muitos estão em pequenas cidades do interior desse país-continente; há também os que se dedicam à formação dos novos presbíteros ou ao mundo acadêmico; cresce o número dos padres afrodescendentes e de origem indígena. Constatase um número sempre maior de irmãos padres que se dedicam ao mundo da comunicação e às coordenações pastorais. Enfim, a identidade do presbítero, hoje, passa pela multiforme maneira de exercer o ministério, nas mais diversas realidades”.

Do ponto de vista da teologia conciliar a resposta à identidade do presbítero não é difícil. O Documento-base para o encontro, ENPs, 25 anos celebrando e fortalecendo a comunhão presbiteral, situa o presbítero em coerência com a visão do Vaticano II: “Numa Igreja toda ministerial o sacerdócio é o sacramento síntese a serviço da unidade. O sacerdócio de Cristo, que abrange o sacerdócio comum de todos os batizados e o dos ministros ordenados, continua e atualiza-se pela doação da vida para o mundo, em ambas as esferas, pela encarnação ou inculturação no mundo do outro e pelo respeito da realidade do povo local”.

Mas a releitura dos 25 anos de encontros, feita pelo mesmo documento, permite perceber a dificuldade de descobrir os caminhos conducentes à realização desse ideal do exercício do ministério e põe em evidência a origem das crises vividas por muitos presbíteros. Fazendo a memória do primeiro encontro de presbíteros realizado no ano de 1986, lembra-se a crise da identidade presbiteral por aqueles anos. Após recordar que o sínodo dos Bispos de 1971 embora por pequena minoria se pronunciou contra a ordenação de padres casados, se diz: “Entre 1966 e 1986, segundo dados do CERIS, quase 3.000 padres deixaram o ministério. Dos que permaneceram, alguns procuraram uma atividade profissional, que lhes garantisse a sustentação [...]; outros se acomodaram em formas mais tradicionais da atividade pastoral [...]. A maioria procurou descobrir caminhos para as novas exigências da evangelização, embora, às vezes, de forma dispersa ou isolada”.

A ordenação de padres casados não era cogitada como contestação ao carisma do celibato, dom do Espírito à Igreja. A maior parte dos presbíteros que livremente optaram por esse modo de vida vive-o com alegria. O problema surge da consciência de que o número dos padres celibatários, na sociedade moderna e levando em conta o dado sociológico da explosão populacional, não será capaz de responder às exigências da missão do ministério sacerdotal apresentada pelo Concílio. A situação real em que é vivido o ministério exige dos atuais presbíteros a multiplicação de tarefas com prejuízo da sua missão a serviço do sacerdócio dos fiéis e causa perplexidades em muitos, desencadeando não raramente crises profundas.

Quem não ficará perplexo quando, em virtude de uma lei canônica, se dificulta gravemente a vivência do povo cristão em algo tão essencial como

a frequente celebração da Eucaristia, definida pelo Concílio como fonte e cume da vida cristã? Em 1971 muitos Bispos e o próprio Paulo VI, a quem cabia a decisão, acharam que o assunto não estava maduro e consideraram prudente esperar que fosse crescendo o consenso nas Igrejas locais. A mudança talvez não precisasse ser imposta por decreto e poderia ir surgindo em diversas comunidades com o consentimento dos Bispos em diálogo colegial sob o primado de Pedro.

Quarenta anos depois, o número de leigos formados em teologia em muitas comunidades, a multiplicação dos ministros extraordinários da Eucaristia e da Palavra, a experiência do diaconato permanente de pessoas casadas fazem crer a muitos que o momento propício poderia estar chegando. Mas em contrapartida o exercício colegial do ministério dos Bispos tem sofrido sérias restrições por parte de organismos centrais da direção da Igreja.

Muitos se tranquilizam porque as vozes que adverte sobre tal problema têm diminuído e muitos presbíteros exercem com tranquilidade o seu ministério. Mas o problema está aí e envolve o caminhar “sinodal” da Igreja. Diante das dificuldades muitos se resignam e procuram resolver como podem o conflito no círculo estreito da sua situação concreta esquecendo que “o ministério ordenado tem uma radical forma comunitária e pode apenas ser assumido como obra coletiva”.

No Documento-base se fala da possibilidade de o presbítero “assumir na sociedade pós-secular papéis antigos pelo preço da regressão a atitudes pré-modernas, alienantes e neoclericais que infantilizam os fiéis e verticalizam unilateralmente o poder sagrado”. Fala-se também da dificuldade que apresentam à colegialidade e à pastoral de conjunto “os presbíteros midiáticos-carismáticos, que representam, muitas vezes, o individualismo pós-moderno”.

Na Carta do 13º Encontro Nacional os Presbíteros reunidos em Itaici, neste Ano Sacerdotal, afirmam ter sido a reunião “um momento privilegiado da busca de nossa identidade e desejo de melhor compreender a nossa missão no mundo de hoje”. Sentindo com lucidez que a identidade do presbítero depende da caminhada da Igreja no seu conjunto escrevem: “Nossa formação de presbíteros, inicial e permanente, mereceu atenção no encontro. Há uma necessidade de definir melhor o perfil e o rosto de nossa Igreja para qualificar a identidade presbiteral. Há preocupação de formar padres para os grandes centros urbanos, favelas, grupos de espiritualidades diferentes... Com a mesma intensidade sentimos o apelo que vem dos leigos, que esperam formação, estímulo e participação nas decisões e serviços da Igreja”.

Em resumo: É dever de todo cristão, decorrente da missão comum a todos enraizada no Sacerdócio de Cristo, velar pela renovação da missão apostólica em todos os níveis. Que todos devam contribuir para isso o mostra o pedido do papa João Paulo II a todos os cristãos, incluindo também os

que não estão em plena comunhão com o bispo de Roma, para que o ajudem a encontrar formas do ministério do sucessor de Pedro que possam conduzir à unidade dos cristãos (cf. Encíclica Ut unum sint, 95).

Com essa humildade exemplar de quem recebeu a missão de velar pela unidade de todas as Igrejas contrasta a segurança com que tantos ministros do único sacerdócio de Cristo defendem, do interior das suas trincheiras ideológicas, a própria visão como sendo a única verdadeira e tratam de impô-la a todos.

A única saída, diria o profeta Isaías, é pedir que Deus nos desperte cada manhã e nos excite o ouvido, para prestarmos atenção como discípulos (cf. Is 50,4). Aplicando o texto ao Cristo, na liturgia do Domingo de Ramos, a Igreja nos convida a olhar para o Mestre e Exemplar de nossas vidas como único caminho que poderá fazer-nos sair de nossas trincheiras e desarmados continuar o diálogo a que nos convida o Concílio. Paulo VI, que tanto sofreu pela resistência de muitos ao Concílio, até a oposição declarada a sua pessoa, nos legou, na encíclica Ecclesiam suam, textos magníficos sobre o diálogo que valeria a pena reler neste momento em que o diálogo se torna cada dia mais difícil.

COLEÇÃO BÍBLICA LOYOLA

A Coleção Bíblica Loyola, sob responsabilidade da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, publica estudos, comentários e subsídios bíblicos de nível científico internacional, seja traduzidos, seja produzidos por biblistas nacionais.

TÍTULOS MAIS RECENTES:

19. **As duas fases da pregação de Paulo** (*M. Pesce*)
20. **O Evangelho de Mateus e o judaísmo formativo** (*J. A. Overman*)
21. **A Bíblia na Igreja** (*J. A. Fitzmyer*)
22. **O pensamento do templo - de Jerusalém a Qumran** (*F. Schmidt*)
23. **As formas literárias do Novo Testamento** (*K. Berger*)
24. **Procurais o Jesus histórico?** (*R. Zuurmond*)
25. **Sabedoria e sábios em Israel** (*J. Vélchez Líndez*)
26. **Mulher e homem em Paulo** (*N. Baumert*)
27. **A evolução do pensamento paulino** (*U. Schnelle*)
28. **Metodologia do Antigo Testamento** (*H. Simian-Yofre [org.]*)
29. **A mensagem do Reino** (*R. A. Horsley e N. A. Silberman*)
30. **Abraão e sua lenda: Gênesis 12,1-25,11** (*W. Vogels*)
31. **Israel e seu Deus:** (*F. Gradl e F. J. Stendebach*)
32. **Sacrifício e culto no Israel do Antigo Testamento** (*Ina Willi-Plein*)
33. **O Jesus Histórico: um manual** (*Gerd Theissen / Annete Merz*)
34. **A Tríade: fé, esperança e amor em Paulo** (*Thomas Söding*)
35. **A Primeira história do Cristianismo** (*Daniel Marguerat*)
36. **Introdução ao Antigo Testamento** (*Erich Zenger et al.*)
37. **Introdução à leitura do Pentateuco** (*Jean-Louis Ska*)
38. **A "fórmula da aliança"** (*Rolf Rendtorff*)
39. **As parábolas de Jesus em Marcos e Mateus** (*Michel Gourgues*)
40. **A invenção de Cristo** (*Maurice Sachot*)
41. **As origens da Bíblia** (*John W. Miller*)
42. **Naquele tempo... Concepções e práticas do tempo** (*M. Gourgues e M. Talbot*)
43. **Introdução à exegese do Novo Testamento** (*U. Schnelle*)
44. **A encarnação do Filho de Deus** (*Ulrich B. Müller*)
45. **Sinopse dos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas e da "Fonte Q"** (*J. Konings*)
46. **Entre os dois Testamentos. História e religião na época do Segundo Templo** (*J. Maier*)
47. **As parábolas de Lucas** (*Michel Gourgues*)
48. **Religião de visionários: apocalíptica e misticismo no cristianismo primitivo** (*P.A. de S. Nogueira*)
49. **O homem bíblico. Leituras do Primeiro Testamento** (*A. Wénin*)
50. **Aquele que manda a chuva na face da terra** (*C.M. Dias da Silva*)
51. **Davi e sua história** (*W. Vogels*)
52. **A Bíblia grega dos Setenta - Do judaísmo ao cristianismo antigo** (*M. Harl, G. Dorival, O. Munnich*)
53. **O Messias** (*H.-J. Fabry / K. Scholtissek*)
54. **Os milagres de Jesus - Perspectivas metodológicas plurais** (*Rafael Aguirre*)

Edições Loyola — Cx. P. 42.355 - CEP 04299-970 São Paulo
e-mail: vendas@loyola.com.br